

Patriarcado, mulheres, organizações e contemporaneidade na ótica de Gilberto Freyre

**Bianca de Paula Santos
Claudia Marcia Lisboa Pinto**

Resumo

Considerando-se o patriarcado como um sistema social de grande relevância para a compreensão de como as desigualdades de gênero e as relações de dominação feminina ocorrem na sociedade e no trabalho, pretende-se analisar as conexões entre a cultura patriarcalista e a trajetória da mulher nas organizações e na história do Brasil. Indaga-se se a sociedade brasileira ainda é essencialmente patriarcal quanto à mulher, tanto em suas relações sociais quanto nas organizacionais. A obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, é utilizada como visão basal do patriarcalismo no Brasil colônia, prosseguindo-se na análise com o acréscimo da ótica de autores diversos, na busca da formação de referencial teórico proeminente para a academia. A pesquisa bibliográfica em literatura acadêmica e o levantamento de dados estatísticos oficiais, através de estudo conceitual e analítico, proporciona a inferência acerca da preponderância do patriarcado ao longo do tempo, tanto no âmbito social quanto no organizacional.

Palavras-chave: patriarcalismo, mulher, organizações, sociedade.

1 Introdução

Este estudo visa compreender a relação entre a cultura do patriarcado e a trajetória da mulher nas organizações e na história brasileira, desde o Brasil colônia, sob a ótica de Gilberto Freyre na obra *Casa-Grande e Senzala*, até a atualidade. Considera-se o patriarcado como um sistema social de grande importância para compreender e demonstrar como ocorrem as desigualdades de gênero e como são as relações de opressão e dominação feminina na sociedade e no trabalho.

Para tanto, aponta-se a seguinte questão: “A sociedade brasileira ainda é essencialmente patriarcal no que concerne à mulher em suas relações sociais e de trabalho?”.

Metodologicamente, realizou-se pesquisa bibliográfica em literatura acadêmica, utilizando bases impressas e digitais, e levantamento de dados estatísticos em base de dados oficiais, empregando estudo conceitual e analítico.

Limita-se a pesquisa, em literatura acadêmica, no período entre 2000 a 2017, em temáticas relacionadas aos conceitos de patriarcalismo e à trajetória histórica da mulher na sociedade e nas organizações brasileiras. Investiga-se, nas bases de dados *Web of Science* e *Qualis Capes*, possíveis áreas de estudo que retornem documentos a partir de pesquisa do termo “patriarcalismo” e correlatos (com mesmo radical), para obter-se uma visão da

produção acadêmica sobre o referido termo.

Considera-se a abordagem de Freyre (1975) quanto ao patriarcalismo, o conceito de patriarcado na visão de outros autores, observando a relação entre o sistema patriarcal e a trajetória da mulher na história e nas organizações do Brasil, buscando-se construir um referencial teórico relevante como base de conhecimento para estudiosos da área de administração.

2 Referencial Teórico

2.1 Patriarcalismo – conceitos e análises

O patriarcalismo é um sistema característico que se situa além de um tempo específico, podendo existir em qualquer época, permitindo ao pesquisador referir-se a “diversas formas históricas de organização social onde e sempre que a autoridade esteja centrada no patriarca de uma comunidade doméstica; (...)” (Machado, 2000, p. 03).

Freyre (2002) apresenta o patriarcalismo constituindo-se no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa, tendo por base institucional dessa dominação a família rural e a escravidão, e como estratégia política, o povoamento do imenso espaço territorial. Uma das formas de dominação ocorre a partir da utilização, pelos homens, da sexualidade como solução para ampliar a população escrava, sendo que, em seu enfoque, não há possibilidades de rebelião.

Weber (2004) indica que o conceito de domínio do patriarca se resume à relação déspota da figura masculina na qual todos os membros da família se submetem. Como dominação, considera a “possibilidade de impor ao comportamento de terceiros a vontade própria” (Weber, 2004, p. 188).

O patriarcado é um modelo contemporâneo que guia as relações homem-mulher através de seu poder político que concede direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, sendo uma forma hierárquica que está em todos os ambientes sociais. É um importante instrumento histórico de análise e explicação das desigualdades de gênero e consequências advindas do legado colonial e de suas estruturas de reprodução, presentes nas configurações sociais brasileiras (Safiotti, 2004). Faz-se relevante lembrar que o patriarcado não se reduz ao poder do pai, mas ao poder masculino, enquanto categoria social (Sousa, 2014).

O patriarcalismo e o capitalismo são como duas faces de uma mesma moeda, podendo-se inferir que conduzem às formas de produção e reprodução da vida. A hegemonia masculina, através do patriarcado, determina uma construção de hierarquia da sociedade

orientada pela dualidade do sexo, formando assim um sistema político. O capitalismo, por sua vez, enquanto sistema econômico de classes estimulado pelo lucro, alimenta o sistema patriarcal (Saffioti, 1985).

2.2 Gilberto Freyre, patriarcalismo e papel feminino na história do Brasil

Gilberto Freyre, em “Casa Grande e Senzala” (1994 [1933]) descreve a família patriarcal brasileira, originada no período de colonização, tendo como base o patriarca, detentor do poder sobre os filhos, esposa, parentes, agregados e escravos que compunham o seio familiar da época. Esta família vai além das relações de autoridade e afetividade entre seus integrantes se consolidando em uma unidade política, econômica e social importante na história nacional, além de ser uma estratégia política para o povoamento do imenso território do Brasil (Aguiar, 2000).

Freyre (1975) destaca que a igreja também compunha o seio familiar do sistema patriarcal e era submissa ao Senhor de Engenho, como citado na passagem:

Os jesuítas sentiram, desde o início, nos senhores de engenho, seus grandes e terríveis rivais. Os outros clérigos e até mesmo frades acomodaram-se, gordos e moles, às funções de capelães, de padres mestres, de tios-padres, de padrinhos de meninos; à confortável situação de pessoas da família, de gente de casa, de aliados e aderentes do sistema patriarcal, no século XVIII muitos deles morando nas próprias casas-grandes (Freyre, 1975, p. 195).

Outra característica do espírito patriarcal de união da família, segundo Freyre (1975) é o hábito de enterrar pessoas falecidas na capela anexa à casa e a familiaridade com os santos. No que tange ao regime escravocrata, a dominação do Senhor de Engenho sobre os negros se desenvolvia patriarcalmente em suas relações com as mulheres negras.

De acordo com Mendonça e Porto (2017), Freyre aborda de maneira clara a ideia de dominação através do sadomasoquismo. Havia uma sensação de prazer em forma de crueldade em função do sofrimento e submissão do outro. As relações de violência dos senhores e patriarcas em conjunto com um catolicismo português e de forte apelo ao “gosto da carne” sucedia uma relação de tormento e prazer.

Afirma Freyre (1975), que estas relações ultrapassam os limites da vida sexual e doméstica se estendendo aos âmbitos social e político da sociedade:

A nossa tradição revolucionária, liberal, demagógica, é antes aparente e limitada a focos de fácil profilaxia política: no íntimo, o que o grosso do que se pode chamar "povo brasileiro" ainda goza é a pressão sobre ele de um governo másculo e corajosamente autocrático. Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado

naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido. Não convém, entretanto, esquecer-se o sadismo da mulher, quando grande senhora, sobre os escravos, principalmente sobre as mulatas; com relação a estas, por ciúme ou inveja sexual (Freyre, 1975, p. 51).

A figura masculina representava o núcleo da família patriarcal que era considerada o seio da sociedade, tendo como funções: regular a procriação, administrar financeiramente a casa e dirigir politicamente a cidade na qual habitava. Ao patriarca, crianças e mulheres deviam obediência e não tinham liberdade para manifestar seus pontos de vista e anseios. Aos homens era garantido o privilégio de manter relações poligâmicas com criadas e escravas enquanto às mulheres tudo era proibido, restando-lhes somente o direito à procriação, ocupações com o lar e domesticação de animais. Nesta época, a figura da mulher branca era considerada ideal para o casamento. Entretanto, os homens tinham desejos sexuais mais pela cabocla e pela morena do que pelas brancas virgens e loiras (Freyre, 1975 [1933]).

Na cultura patriarcal do Brasil colonial os rapazes jovens eram “bem vistos” se desde novos se relacionassem com várias mulheres. “O que sempre se apreciou foi o menino que cedo estivesse metido com raparigas. Raparigueiro, como ainda hoje se diz. (...) E que não tardasse em emprenhar negras, aumentando o rebanho e o capital paternos.” (Freyre, 1975, p. 372).

Freyre atribui às mulheres negras, símbolo de desejo masculino da época, a culpa e facilitação quanto à depravação dos jovens rapazes, entretanto por força do sistema sócio-econômico-político da época, conforme se observa no trecho “Ninguém nega que a negra ou a mulata tenha contribuído para a precoce depravação do menino branco da classe senhoril; mas não por si, nem como expressão de sua raça (...): como parte de um sistema de economia e de família: o patriarcal brasileiro.” (Freyre, 1975, p. 372-373).

O autor também retrata e relaciona ao patriarcado, as doenças sexualmente transmissíveis, especificamente a Sífilis, e a questão do aborto. Segundo Freyre (1975), o maior número de casos da doença entre os séculos XVI e XVIII foi nas Casas-Grandes da região Nordeste brasileira. “Mas no ambiente voluptuoso das casas-grandes, cheias de crias, negrinhas, molecas, mucamas, é que as doenças venéreas se propagaram mais à vontade, através da prostituição doméstica (...).” (Freyre, 1975, p. 374).

Da obra “Casa Grande e Senzala” pode-se, de forma concisa, considerar as seguintes características em relação ao modelo patriarcal da sociedade brasileira no período colonial, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1

Principais características do patriarcalismo (Casa Grande e Senzala)

<ul style="list-style-type: none"> - Figura central – O patriarca - Escassez de mulheres brancas entre os conquistadores - Sociedade semifeudal: Minoria de brancos polígamos - Casos de assassinatos por suspeitas de infidelidade conjugal; 	<ul style="list-style-type: none"> - Senhores rurais: Donos das terras, dos homens e das mulheres; - Sadismo e crueldade dos Senhores - Moral sexual católica x poligamia; - Homem “raparigueiro”; - Estabilidade patriarcal: açúcar (engenho) e negro (senzala) - Casa-grande: Símbolo do sistema patriarcal (modelo de colonização portuguesa do Brasil) 	<ul style="list-style-type: none"> - Testamentos: preocupação econômica de perpetuidade patriarcal através dos descendentes legítimos - Erotismo patriarcal: chamegos com negras, mulatas, primas; - Desenvolvimento da Sífilis; - Enterro de mortos dentro de casa (na capela) - Veneração ao mortos (abaixo dos santos e acima dos vivos); - Aceitação de perda (morte) de filhos 	<ul style="list-style-type: none"> - Meninos: Fazer a primeira barba (autorização do pai) - Meninas: Negava-se autorizar tudo que fosse possível - Tirania dos pais: Depois substituída pela tirania dos maridos - Filhas ou esposas assassinadas pelos patriarcas (quebra de “regras”). - Casamentos prematuros - Negros dedicados à casa-grande: considerados como familiares - Negra da senzala responsável pela depravação precoce do menino - Desproporção na idade dos cônjuges
---	--	---	---

Fonte: Elaborado pelas autoras (2018). Adaptado de Freyre, G. (2002) Casa Grande e Senzala.

2.3 Patriarcalismo e as mulheres

2.3.1 Trajetória histórica

No Pensamento Social Brasileiro pode-se observar como o sistema de dominação surge e se estende aliando as dimensões sexualidade, reprodução e relação entre homens e mulheres no contexto escravista. Quando o público se separa do privado, percebe-se a continuidade do patriarcalismo nas relações de gênero. Nas sociedades patrimoniais apreende-

se que, na ligação entre público e privado, não houve um aumento da participação política ou econômica das mulheres, considerando-se, principalmente, a base patriarcal da burocracia no contexto de um patrimonialismo patriarcal. Os latifúndios agrários baseados na economia escravista, de plantações com finalidades comerciais, eram a forma adequada à estratégia de colonização no Brasil. Com a transferência da coroa portuguesa para o Brasil, a tendência centralizadora ampliou-se, apesar da ocorrência de iniciativas liberais, e o patrimonialismo fazer-se dominante (Aguilar, 2000).

Ao descrever o patrimonialismo patriarcal, Saffioti (1985) indica duas linhas de exame: a situação das mulheres, brancas e negras, no sistema patriarcal, e a alteração em suas posições consequentes à abolição da escravatura; o processo de distinção entre a posição ocupada pela educação, de acordo com os eixos: urbano/industrial e nordeste/sul. Nas cidades, o retraimento da mulher branca é menos intenso, enquanto que no ambiente rural, continuam os códigos de conduta patriarcais com a reclusão das mulheres no espaço doméstico. O poder do pai-de-família altera-se à função econômica de provedor (Saffioti, 1985).

Saffioti destaca a relevância do processo de urbanização na dissolução do patriarcado. Porém, acrescenta a industrialização como promotora da ampliação das desigualdades sociais entre homens e mulheres. A superposição da propriedade privada impulsiona a predominância da monogamia e do direito paterno, aumentando as disparidades sociais entre homens e mulheres (Aguilar, 2000).

O arcabouço da família patriarcal pode ser entendido através da visão burocrática como organizações baseadas em aspectos racionais, analíticos e instrumentais, repetidamente ligadas ao estereótipo masculino na sociedade ocidental (Morgan, 1996).

2.3.2 Trabalho e organizações

O modelo capitalista cria a ruptura entre o lar e as atividades remuneradas, gerando uma nova situação de dependência para as mulheres e um novo modelo de patriarcado. Na literatura internacional é importante aplicar dois conceitos analíticos, de gênero e de patriarcado, destacando-se suas características distintas e considerando-se que, para cada momento histórico, haverá uma forma distinta de arranjo patriarcal. Considerando-se que as análises brasileiras focam sobre a origem de um patriarcalismo agrário e escravista e, as formas de domínio patriarcal se modificam no passar do tempo, faz-se relevante analisar como o patriarcado agrário e escravista se altera, derivando em novas formas de domínio patriarcal frente a um capitalismo privado, em seu modelo econômico clássico, sob o domínio

do Estado (Walby, 1990).

A autora indica a avaliação do incremento de duas formas de patriarcado: a privada, fundamentada nos grupos familiares; e a pública, relacionada ao crescimento do Estado. Sugere que o patriarcado público se dirige a múltiplas áreas, além das diferenças no trabalho remunerado, incluindo-se a sexualidade, a violência e o Estado (Walby, 1990).

Observa-se que a análise do público e do privado, simultaneamente, bem como do doméstico e do trabalho remunerado, poderia elucidar como o incremento da racionalidade social no âmbito do Estado ou das relações de trabalho capitalistas não dissolve o modelo patriarcalista. Haja vista o rebaixamento de salários femininos, a inclusão das mulheres em um número limitado de ocupações e a negação de seu acesso às funções de poder, que continuam ocorrendo apesar de destacáveis mudanças culturais (Aguilar, 2000).

Chauí (1989) sugere que, apesar da desintegração do patriarcado rural, o pensamento patriarcal conservou-se no Brasil através do coronelismo, do clientelismo e do protecionismo. A origem de costumes autoritários com a mulher, percebidas nos âmbitos urbano e rural modernos, pode ser entendida através dos planos de dominação que marcaram o patriarcado tradicional brasileiro (Souza, 2000; Freitas, 1997).

Pateman (1993) defende a ideia de que o discurso político da decadência do patriarcalismo não está correto, não se podendo negar a existência de um patriarcado moderno, no qual se percebe o poder natural dos homens como indivíduos acima das mulheres, abarcando todas as características da vida civil: “a sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública” (Pateman, 1993, p.167).

Pode-se compreender a organização como patriarcal através da observação das organizações formais, tipicamente baseadas em atributos relacionados ao sexo masculino na sociedade ocidental. Para vários autores, a relação entre sexo e organização e a influência dominadora do homem tem origem nas afinidades hierárquicas contidas na família patriarcal. Assim, o patriarcado opera como um tipo de prisão conceitual, produzindo e reproduzindo estruturas organizacionais em que predominam o sexo e os valores masculinos. Quanto aos homens, há uma tendência em dominar em posições de liderança que exijam uma postura direta e agressiva enquanto às mulheres cabem funções de submissão e satisfação das necessidades masculinas (Morgan, 1996).

Diversos tipos de distorção de valores, relacionados aos estereótipos masculino ou feminino, também estão presentes na linguagem, mitos, histórias e simbolismos que constituem a cultura organizacional (Morgan, 1996).

As organizações têm sido historicamente dominadas por homens, exceto em funções de base como, servir, agradar e distrair. Tem havido a tendência de dominância de cargos organizacionais, que requerem condutas diretas e combativas, por parte dos homens, enquanto que as mulheres eram limitadas a funções que as colocam em situação de subordinação, como nas áreas de enfermagem, trabalho de escritório, e secretariado, ou então em papéis destinados a satisfazer a diferentes tipos de narcisismo masculino (Morgan, 1996).

2.3.3 Mulheres, trabalho e atualidade

A visão das organizações como expansões das relações familiares fornece ferramentas importantes para seu estudo e indicativos sobre como poderia ser seu desenvolvimento, considerando as modificações atuais que sejam constatadas, no decorrer do tempo, na formação familiar e suas relações de parentesco. Pode-se apreender a relevante função que as mulheres e os aspectos ligados ao sexo podem cumprir na variação do mundo organizacional. Percebe-se ainda que, na medida em que as organizações são controladas por arcabouços e valores patriarcais, os papéis femininos nelas exercidos adotam sempre as normas do modelo “masculino”. O grande desafio para as mulheres que almejam sucesso nas organizações é buscar transformar os valores organizacionais no seu sentido mais basal (Morgan, 1996).

Nogueira (2016) menciona a abordagem de Bruschini de que, apesar de a mulher independente tornar-se mais valorizada, o patriarcado contemporâneo em nenhum momento impacta em mudanças densas nas obrigações de gênero ou na estrutura tradicional familiar. O conceito renovado de esposa moderna inclui atributos de independência em relação ao marido, procura por carreira profissional e independência financeira, entretanto, simultaneamente, sem lesar sua dedicação ao lar e a família.

No mundo do trabalho, as disparidades relacionadas ao sexo e ao gênero prosseguem e pioram. Considerando que, mundialmente, o trabalho feminino remunerado cresceu a partir de 1990, este fato ligou-se a um aumento da precarização e da fragilidade, no que concerne às diferenças sociais, condições trabalhistas e de saúde e à flexibilização das relações de trabalho (Sousa, 2014).

Segundo o estudo “Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres ainda disputam em desigualdade no mercado de trabalho em comparação aos homens. Constatou-se que, entre 2012 e 2016, as mulheres ganhavam, em média, 32% a menos que os homens. As mulheres tinham rendimento habitual médio mensal de R\$ 1.764, enquanto os

homens de R\$ 2.306, conforme indicado na Figura 1 (Gandra, 2018).

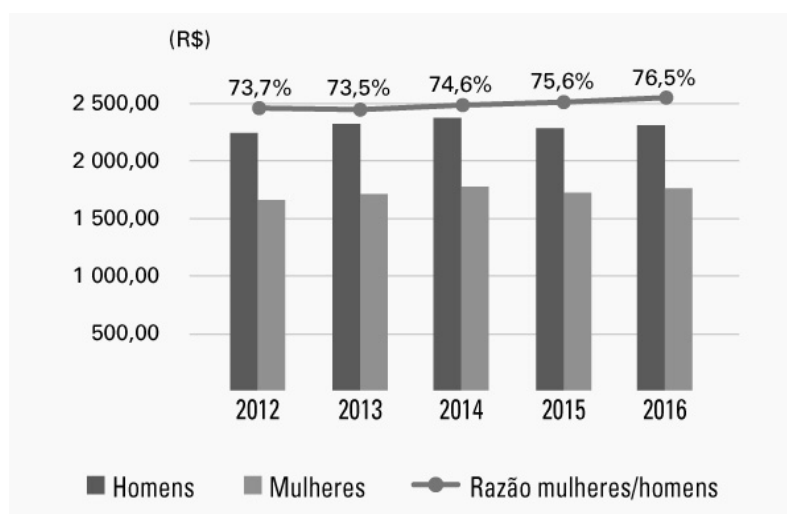


Figura 1: Rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos e razão de rendimentos, por sexo.

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua, PNAD-C, 2012-2016.

Em relação ao quarto trimestre de 2017, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), comprovou-se que as mulheres, no mercado de trabalho, não logram das mesmas oportunidades que os homens em várias circunstâncias tais como rendimento, formalização e disponibilidade de horas para trabalhar, conforme apontado na Figura 2. Dos 40,2 milhões de mulheres ocupadas, 24,3% tinham o ensino superior, sendo entre os homens a proporção de 14,6%. Apesar disso, em média, as mulheres recebem remuneração 24,4% menor que os homens (Saraiva, Bello & Renaux, 2018).

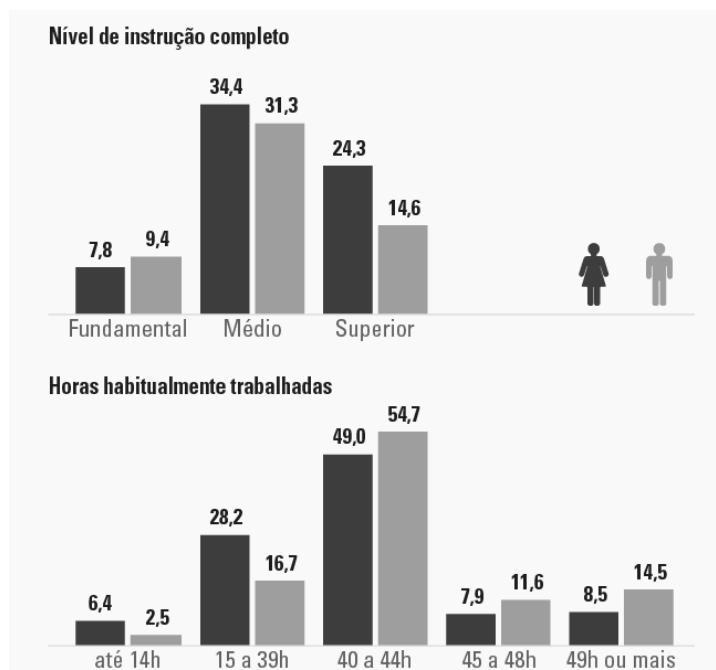


Figura 2: PNAD-C – Indicadores mulheres – 4º trimestre 2017.

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, DPE, 2017.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a participação das mulheres no mercado de trabalho, em nível mundial, ainda é menor do que a dos homens, conforme demonstrado na Figura 3. Quanto ao desemprego, o quantitativo de mulheres é maior do que o dos homens, conforme se observa na Figura 4 (Trevizan, 2018).

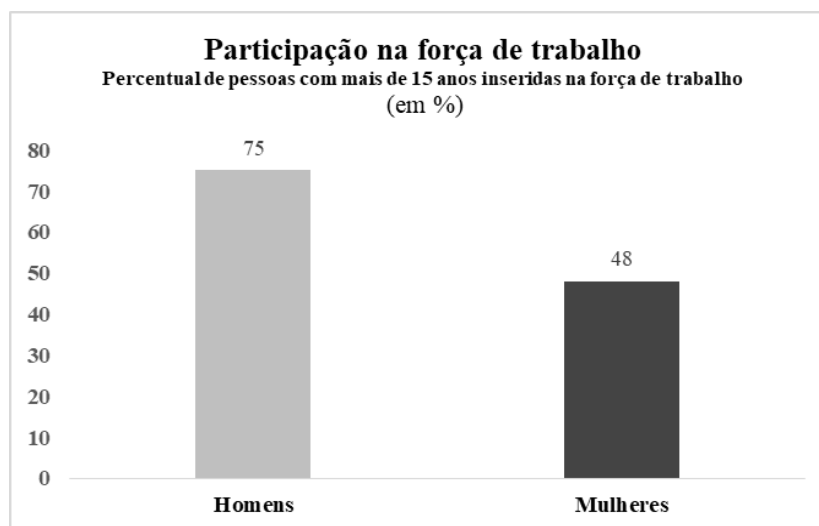


Figura 3: Participação na força de trabalho

Fonte: OIT, 2018.

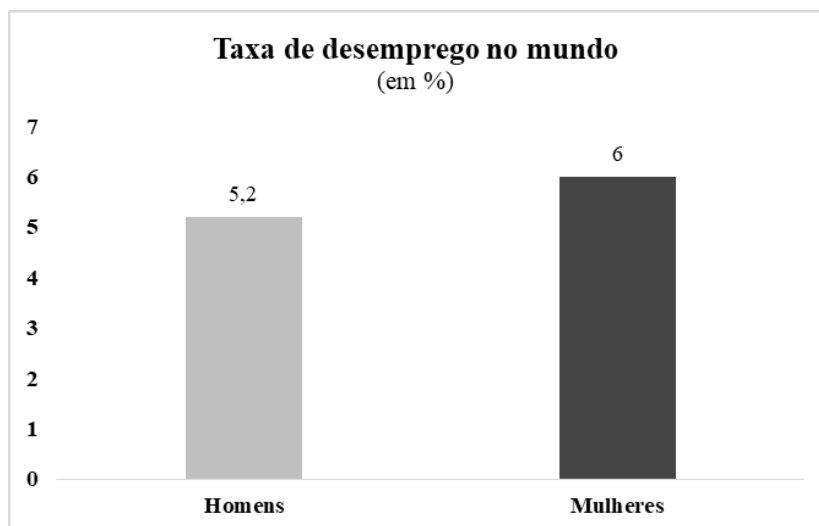


Figura 4: Taxa de desemprego no mundo.
Fonte: OIT, 2018.

3 Pesquisa em Bases de Dados

3.1 Plataforma Sucupira

Realizou-se pesquisa na Plataforma Sucupira (Qualis-CAPES Periódicos) selecionando no campo “Evento de Classificação” o parâmetro “Classificações de periódicos quadriênio 2013-2016” e no campo “Área de Avaliação” o parâmetro “Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo” com os seguintes termos no campo “Título”: patriarca, patriarcado e patriarcalismo. Da pesquisa retornou a seguinte mensagem: “Não existem dados cadastrados para a pesquisa realizada.”. O mesmo ocorreu com a pesquisa de termos em inglês “*patriarch*”, “*patriarchate*”, “*patriarchy*” e “*patriarchalism*” considerando os mesmos parâmetros, o que pode denotar pouca exploração do assunto por periódicos nacionais da área de Administração.

Para a “Área de Avaliação” “História” também não foram encontrados periódicos, para a pesquisa nos idiomas português e inglês, fato que pode demonstrar pouco interesse quanto a este contexto de pesquisa na área de História.

3.2 Web of Science

Realizou-se pesquisa na plataforma *Web of Science*, considerando como termo de pesquisa a palavra “patriarcalismo”. Foram exibidos um total de 14 registros, sendo 3 artigos na área “Literatura” (21,43%), seguido pela área “Saúde Ocupacional Ambiental Pública” (14,29%), “Psicologia” (14,29%) e demais áreas representando 50,00% do total, conforme

pode-se observar na Figura 5.

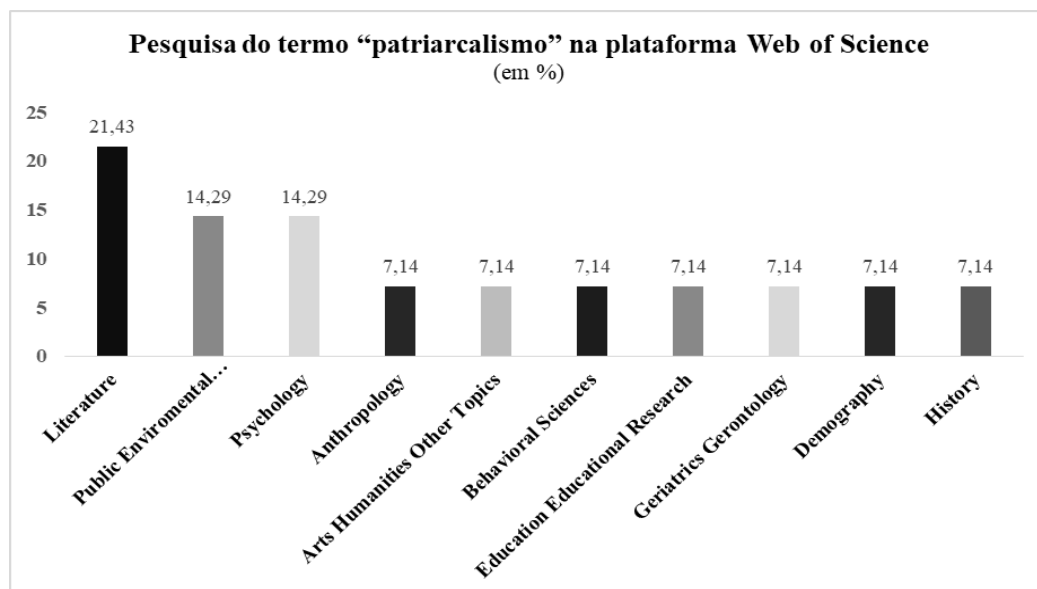


Figura 5: Pesquisa do termo “patriarcalismo” na plataforma Web of Science.
 Fonte: Adaptado de Web of Science, 2018.

4 Considerações Finais

Analisar o patriarcado como um arcabouço de organização e preponderância social, que influenciou profundamente a construção da sociedade e das relações sociais brasileiras, é uma tarefa de grande relevância para os estudos organizacionais em correlação com o pensamento social brasileiro.

Observou-se a permanência do modelo patriarcal tanto nas relações sociais quanto nas organizações contemporâneas, apesar de sua deterioração após o período colonial, com a chegada da Revolução Industrial e das novas relações de produção.

A despeito de, atualmente, observar-se uma significativa reorganização no mercado de trabalho e nas relações familiares, ainda não se pode assegurar que houve mudanças efetivas na vida das mulheres, em geral. Muitas ainda são responsáveis pela reprodução e por cuidados com a casa e membros da família, permanecendo como coadjuvantes no orçamento doméstico, enquanto o homem ainda é o provedor.

Percebeu-se que, nas organizações, as disparidades relacionadas ao sexo e ao gênero prosseguem e até se agravam. Considerando que, mundialmente, o trabalho feminino remunerado cresceu significativamente a partir de 1990, simultaneamente, observa-se um aumento de sua precarização e fragilidade, no que concerne às diferenças sociais, condições trabalhistas e de saúde e à flexibilização das relações de trabalho.

Concluiu-se que, a sociedade brasileira contemporânea ainda tem no patriarcalismo

uma base profunda, principalmente no que se refere às divergências de gênero, afetando a vida da mulher tanto no âmbito social quanto no organizacional. Para a superação dessa herança patriarcal seriam necessárias profundas transformações para minimizar as desigualdades e, possivelmente, erradicá-las do seio da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

- Aguilar, N. (2000). Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Soc. estado., Brasília*, 15,(2), 303-330.
- CAPES (2018). *Plataforma Sucupira*. Ministério da Educação, Brasília, DF. Recuperado de <http://www.periodicos.capes.gov.br/>.
- Freitas, A. B. (1997). *Traços brasileiros para uma análise organizacional*. In: Motta, F. C.; Caldas, M. P. P. (Org.). *Cultura organizacional e cultura brasileira*. São Paulo: Atlas.
- Freyre, G. (2002). *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record. (Originalmente publicado em 1966).
- Freyre, G. (1975 [1933]). *Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 17ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Gandra, A. (2018, março 7). IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior. [IBGE]. Recuperado de <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>
- Machado, L. Z. (2000). Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: *Sociedade Brasileira de Sociologia* (Ed.) Simpósio Relações de Gênero ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília: SBP, Série Antropológica, n. 284, Brasília, p.2-19.
- Mendonça, R. F., & Porto, N. F. F. (2017). Reconhecimento Ideológico: Uma Reinterpretação do Legado de Gilberto Freyre sob a Ótica da Teoria do Reconhecimento. *Dados*, 60(1), 145-172.
- Morgan, G. (1996). *Imagens da Organização*. São Paulo: Atlas.
- Nogueira, R. M. (2016). *A evolução da sociedade patriarcal e sua influência sobre a identidade feminina e a violência de gênero*. Recuperado de <https://jus.com.br/artigos/48718/a-evolucao-da-sociedade-patriarcal-e-sua-influencia-sobre-a-identidade-feminina-e-a-violencia-de-genero>
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Saffioti, H. I. B. (1985). Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras. *Perspectivas: Revistas de Ciências Sociais*, 8, 95-141.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, Patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação

Perseu Abramo.

- Saraiva, A.; Bello, L.; Renaux, P. (2018, abril 10). *No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade*. [IBGE]. Recuperado de <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade.html>
- Sousa, R. M. (2014). Casa-grande e Senzala e o patriarcado: um diálogo crítico com a teoria feminista. *Revista Emancipação*, 14 (1).
- Souza, J. (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Ed. da UnB.
- Trevizan, K. (2018, março 7) *Participação das mulheres no mercado de trabalho segue menor que a dos homens, diz OIT*. [G1]. Recuperado de <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/participacao-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho-segue-menor-que-a-dos-homens-diz-oit.ghtml>
- Walby, S. (1990). *Theorizing patriarchy*. Oxford: Brazil Blackwell.
- Web of Science (2018). Recuperado de <https://www.webofknowledge.com>.
- Weber, M. (2004). *Economia e Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.